



Secretaria de Estado da Educação e Cultura
Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente

Ata da 14ª Reunião Ordinária do Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente

Aos vinte e três (23) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e onze (2011), às nove horas, foi realizada, no Conselho Estadual de Educação, localizado no 5º andar da Secretaria de Estado da Educação e Cultura, a décima quarta Reunião Ordinária do Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente, com a participação do Professor Afonso Celso Scocuglia - Presidente do Fórum; Professora Márcia Lucena Lira, Secretária Executiva de Educação; Professora Vera Lúcia Lins Cavalcanti de Melo, representante do Governo do Estado; Professor Marcelo Soares Pereira da Silva, representante do MEC; Professora Rita de Cássia Cavalcanti Porto, representante da ANFOPE; Professora Andréia Ferreira da Silva, representante da UFCG; as Professoras Amarides do Carmo Dantas Dias e Marilene Diniz R. de Farias, representantes da UNDIME; Professora Eliane de Moura Silva, representante da UEPB; Professora Maria Helena Ribeiro Maciel, representante da UFPB; os Professores Paulo de Tarso Costa Henriques e Francisco Raimundo Moreira Alves, representantes do IFPB; Professora Maria da Guia Lima da Costa, representante do CNTE/SINTEP; Maria da Conceição Silva, representante da UNCME; Professora Terezinha Alves Fernandes e Professor Roberson Ramos de Vasconcelos, representantes do Conselho Estadual de Educação; Professora Maria da Salete Barboza de Farias, representante da ANPAE. Além dos integrantes do Fórum, participaram da reunião, a Professora Vânia Rezende, da UFPB, a Professora Caroline Zabendzala, representando a Professora Cláudia Patrícia Fernandes dos Santos, da UFCG/Cuité, a Professora Ana Célia Lisboa da Costa e o Professor Edwin Giebelen, da Gerência de Ensino Médio. Justificaram a ausência: as Professoras Ana Paula Furtado Soares Pontes e Cláudia Patrícia Fernandes dos Santos. Os trabalhos foram abertos pelo Professor Afonso Celso Scocuglia que destacou a grande importância do Fórum, ressaltando que a formação de professores é uma das áreas prioritárias e fundamental para a educação de qualidade. Disse que gostaria de saber quais as ações que estão sendo desenvolvidas pelas instituições formadoras presente no Fórum. Relatou como prioridade de seu governo um forte movimento de alfabetização, solicitando a participação das Universidades, das Igrejas Católica e Evangélica. No Ensino Médio, as prioridades são a educação profissionalizante e a preparação dos alunos para o ENEM e Universidade. Informou que há um grande projeto para gravação em DVD dos assuntos que compõem o programa do ENEM para encaminhar para todos os municípios do Estado. Os professores locais realizariam os estudos dirigidos. Na sequência, foi feita a leitura da ata da reunião anterior que, após algumas correções, foi aprovada e assinada por todos. A Professora Vera explicou para o Professor Afonso que existe uma grande oferta de cursos por instituição, mas a demanda de inscritos é muito baixa e, a partir de agora, com os dados do Educacenso, será possível identificar a real necessidade de formação, visto que os números utilizados pelo Estado são dados do SIMEC do ano de 2007, que já podem estar desatualizados, considerando que várias instituições de ensino superior vem atuando na formação de professores no Estado da Paraíba, nos últimos anos. A Professora Terezinha disse que a UFPB Virtual ofereceu as vagas para professores, no entanto, não foram preenchidas em nenhum dos polos. Segundo ela, a maioria dos professores da rede pública já possui uma licenciatura, mas

encontra-se em desvio de função, ou seja, precisariam de uma segunda licenciatura. Fazendo o uso da palavra, o Professor Marcelo deseja sucesso ao Professor Afonso e disse que cada vez mais as Secretarias de Educação assumem um papel estratégico no sentido da responsabilidade com a rede de ensino e como articuladoras no processo da formação de professores. Informa que uma das preocupações do MEC é quanto ao real dimensionamento da demanda efetiva de formação de professores. Ele afirma que o Educacenso é uma ferramenta bem estruturada para definir este tipo de informação, no entanto, as escolas preenchem os dados relativos à formação de professores de forma precária. Por isso, o MEC adotou os dados do professor no Censo Escolar como ponto de partida para o acesso aos cursos da Política Nacional de Formação de Professores, ou seja, desde o ano passado, só acessa os cursos na Plataforma Freire quem tem o CPF cadastrado no Educacenso, o público-alvo do Programa, o professor em serviço. Informou que o MEC estruturará a Plataforma Freire para utilizar a base de dados dos anos 2009 e 2010, contemplando assim um número mais real. Sugeriu que se faça uma campanha de mobilização nas escolas para o preenchimento correto do Censo Escolar. O Professor Afonso disse que foi informado de que existe uma determinação vinda da Presidência da República para a valorização salarial dos professores e questionou o Professor Marcelo sobre a veracidade da informação. O Professor Marcelo disse que realmente há esta determinação da Presidência e do Ministro Fernando Hadad, que já estão sendo traçadas estratégias para que seja posta em prática a valorização salarial dos professores. Na sequência, a Professora Eliane falou da intenção, desde a gestão passada, da instalação do polo presencial sob responsabilidade do Estado, nas dependências do Campus da UEPB em Catolé do Rocha. Em seguida, o Professor Afonso pediu licença para se ausentar, pois participaria de um outro evento. Dando continuidade a reunião, o Professor Paulo de Tarso disse que, em contato com a Professora Carmem, da CAPES, questionou mais uma vez a possibilidade da utilização das dependências do IFPB para os cursos da Plataforma Freire, o que mais uma vez foi negado. Por esse motivo, o professor informou que o IFPB realizará, fora da Plataforma Freire, cursos de licenciatura, cursos técnicos e de formação especial de professores. Ressaltou ainda, a necessidade de cada escola do Município e do Estado possuir computadores conectados a uma boa *internet* banda larga, pois a aquisição de computadores hoje em dia está mais fácil, visto a queda nos preços, o mais difícil está sendo a conexão com a *internet*. A Professora Amarides destacou que, desde a primeira reunião do Fórum, essa problemática vem sendo discutida, que muitas vezes para alimentar o sistema de monitoramento do PAR se desloca de Picuí para Campina Grande. Outro ponto levantado pela Professora Amarides foi que muitos municípios nomeiam professores, principalmente, polivalentes, sem a formação superior, necessitando do curso de Pedagogia. Usando da palavra, o Professor Roberson informou sobre uma reportagem publicada no Jornal Correio, domingo, dia 20 de fevereiro de 2011, onde se destacava que 45471 docentes, ou seja, 41% não possuem ensino superior, 91% dos concluintes do Ensino Médio não aprendem Matemática, 76,3% não aprendem o Português, e solicitou que a Secretaria informe à opinião pública os dados atualizados, visto que os números informados são do ano de 2009. Dando continuidade, a Professora Márcia solicitou do Professor Marcelo que fossem dadas as orientações. Ele informou que o MEC utilizará, para o ano de 2011, o censo como base de dados de 2009/2010, ou seja, os dois anos anteriores. Outro encaminhamento dado pelo MEC é que a Plataforma, a partir deste ano, contemple as duas categorias do corpo docente, o professor e o auxiliar de educação infantil, pois o MEC os considera o público-alvo da formação. A Professora Vera questionou se dentro desta política de formação existirão cursos específicos para essa demanda. O professor Marcelo respondeu que o curso de Pedagogia é o curso mínimo necessário para atuação na Educação Infantil. A Professora Vera destacou que, segundo a Secretária de Educação, muitos destes auxiliares não possuem nem a formação de nível médio, daí o questionamento anterior, e interrogou, ainda, se a política de

formação vai ser modificada para contemplar também essa demanda, pois a princípio estes profissionais não estão habilitados para ingressar em cursos de licenciatura. O Professor Marcelo disse que a prioridade para o MEC é a formação de professores em nível superior, mas que, em se evidenciando a necessidade de formação em nível médio, o Estado deve apontar esta demanda ao MEC para que o Curso Normal seja mantido por mais um tempo. Dando continuidade, o Professor Marcelo disse que a Formação Continuada é a área de maior complexidade na formação de professores e destacou a importância da instalação dos polos, que, apesar da reestruturação das secretarias, em Brasília, devido ao novo governo, é preciso rerepresentar à CAPES a realidade dos polos de Patos, Monteiro, Catolé do Rocha, Cuité, Sousa e Princesa Isabel, que foram aprovados desde 2008, no entanto, não foram instalados. Em seguida, o Professor Marcelo falou que o MEC vinha trabalhando com as chamadas públicas, na quais as IPES apresentavam seus projetos nos diferentes campos da Educação Básica. No entanto, verificou-se que essa oferta ainda não atende a necessidade de formação continuada. A Plataforma Freire está sendo reestruturada para que, junto com o Censo e os dados do SIMEC, seja realizado um mapeamento destas necessidades, que serão levantadas também pelo Fórum e pelas IPES. A Plataforma Freire está sendo reestruturada para ouvir demandas das escolas, ou seja, os diretores das escolas junto com o corpo docente, identifiquem as ações de formação continuada. A Plataforma gerará um relatório das necessidades de formação, onde o Fórum decidirá quais os cursos serão ofertados. A próxima etapa será definir quem serão os professores que farão os cursos, ou seja, a demanda das secretarias será nominal por meio dos dados do Censo Escolar. Usando da palavra, a Professora Vera questionou se os cursos que estão sendo oferecidos continuarão e quando este sistema estará disponível. O Professor Marcelo disse que a intenção da Secretaria Executiva é de reabrir o PAR no mês de março para se iniciar o replanejamento da formação de professores. Para o segundo semestre de 2011, na Paraíba, as inscrições serão feitas dentre os cursos que estão disponibilizados. Para 2012, serão oferecidos os cursos demandados pelas escolas. Na sequência, a Professora Terezinha fez um questionamento sobre os cursos de especialização disponibilizados na Plataforma Freire, onde os professores se pré-inscreveram, as secretarias validaram as inscrições, no entanto, os cursos não funcionaram. O Professor Marcelo disse que estes cursos provavelmente não funcionaram por enquanto, pois estão sendo feitas avaliações e adequações. Os encaminhamentos dados pelo MEC aos cursos de Especialização também passarão pelo Fórum, mas o processo continuará o mesmo, ou seja, o professor faz a inscrição. Outro ponto destacado é que os trâmites para implantação de um curso de especialização são mais complexos e demorados. Então, o processo será da seguinte forma: interlocução do MEC com os IPES, disponibilização na Plataforma Freire para as Secretarias de Educação que selecionam aqueles que fazem parte do PAR. A Professora Salete sugeriu que o item 4 da pauta, que trata sobre o relato das IPES no processo de formação inicial e continuada fosse discutido naquele momento. Com a palavra, a Professora Eliane relatou sobre os cursos da UEPB que já foram aprovados e serão oferecidos aos sábados para professores em serviço, com a duração de três anos e meio a quatro anos, nas cidades de Campina Grande, João Pessoa, Monteiro, Guarabira e Catolé do Rocha. A Professora Salete iniciou sua fala desejando uma boa gestão para a Secretária Márcia e informou sobre os cursos de formação continuada oferecidos pela UFPB. Destacou o importante papel do Fórum, da UNDIME e da Secretaria Estadual de Educação. Informou que para 2011, a UFPB oferecerá 12 cursos de Formação Continuada, entre eles, Mediadores de Leitura e Inclusão Digital. Os municípios da demanda PAR terão prioridade. O Professor Marcelo lembrou que, na Formação Continuada, a rede de ensino indicará os professores que devem fazer o curso e os cursos estarão disponíveis na Plataforma para o 2º semestre de 2011. A Professora Salete destacou também a importância da parceria e da contrapartida dos municípios no sentido de viabilizar o transporte para os

cursistas. Na sequência, o Professor Francisco relatou os problemas enfrentados pela demora na instalação dos polos. Informou sobre a proposta aprovada para o curso de Especialização em Ciências. Serão ofertadas 150 vagas, sendo 30 para cada um dos municípios a seguir: Araruna, Taperoá, Conde, Itabaiana, Pitimbu. A proposta vem para homologação do Fórum. Dando continuidade, a Professora Caroline, representando a Professora Cláudia, falou das dificuldades para efetivação dos cursos de 2ª licenciatura, pela falta de demanda. A Professora Andréia informou que, na UFCG, houve processo seletivo para formação inicial em cursos de licenciatura já existentes, mas o número de inscritos e dos que compareceram à seleção foi muito baixo. Em seguida, a Professora Maria Helena também relatou baixa procura pelo público-alvo do programa, fazendo com que a UFPB destine o restante das vagas para a demanda social. Ela informou que a UFPB tem projetos para cursos presenciais de formação inicial. O Professor Marcelo disse que um dos maiores problemas enfrentados é a falta de viabilização das condições para que os professores em serviço realizem os seus cursos. Informou que na Plataforma Freire haverá um espaço destinado às Secretarias de Educação do Estado e dos Municípios para que seja informado o plano de apoio aos docentes que estão em formação, onde deverá constar que tipo de apoio é dado a estes professores, ou se não é dado apoio nenhum, a justificativa. Ele afirmou que, de um modo geral, as pessoas não estão acostumadas a trabalhar com planos sejam de pequeno, médio ou a longo prazo. A Professora Amarides solicitou das IPES que os cursos sejam divulgados através da UNDIME. A professora Terezinha sugeriu que o Fórum tivesse um mapa das ofertas das IPES para que nas reuniões todos os integrantes pudessem visualizar melhor. A Professora Vera disse que este mapa já foi enviado por email para todos os integrantes, mas que reenviará. A Professora Márcia destacou a importância de um concurso público, pois acredita que grande parte dos problemas citados se dá ao fato do número excessivo de prestadores de serviço. Tendo todos os integrantes usado da palavra, foram feitos os seguintes encaminhamentos: 1- Realizar o mapeamento das necessidades de Formação Continuada junto às Gerências Regionais. 2 – A próxima reunião deverá ser realizada no dia 06 de abril. Nada mais havendo a tratar, a Professora Márcia Lucena agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão e Eu, Daniella de Araújo Cunha, Secretária, lavrei a presente ata que, após sua aprovação, será assinada por todos os presentes.